

A Reforma Tributária

e o papel do TCU

Diálogo Público
Espírito Santo
Maio de 2026



COMO É HOJE

FRAGMENTAÇÃO

- Regras diversas
- Base fragmentada (circulação de mercadorias, prestação de serviços, industrialização, receita)
- Diversas alíquotas
- Acúmulo de créditos (ICMS, IPI, PIS/Cofins)
- Regimes cumulativos (ISS, PIS/Cofins)
- Alta regressividade



PEÇAS NÃO SE ENCAIXAM



O QUE É O QUE É?



GUERRA FISCAL

Guerra fiscal entre estados: como proteger sua empresa das mudanças nas regras de ICMS

ICMS

Governo propõe nova solução para guerra fiscal do ICMS

4 mai 2016 - ICMS, IPI, ISS e Outros

Guerra fiscal - Nova da não cumulatividade

Guilherme Barranco de Souza

O entendimento do STJ garante a utilização do imposto na origem, independentemente de benefícios que

Guerra fiscal e a modulação temporal no STF

Retroagir põe em risco a segurança jurídica e a confiança legítima dos contribuintes

STJ prioriza

ativos do ICMS efetivamente produz o impacto financeiro

STJ prioriza guerra fiscal do ICMS

STF: estado de destino pode cancelar créditos de incentivo fiscal irregular

Há maioria para julgar improcedente ação contra lei paulista que restringe aproveitamento de créditos

Nova norma sobre créditos de ICMS pode reabrir guerra fiscal

Transferência para Estado de destino de mercadorias não é mais obrigatória, mas convênio do Confaz limita uso integral

ENTENDA COMO ISSO É ~~BOM~~ RUIM

- Induz ineficiências
- Baixa produtividade
- Desincentiva investimentos
- Extrema complexidade e tratamentos aleatórios
- Contenciosos tributários
- Altos custos de conformidade
- Maior peso sobre os mais pobres





O QUE MUDA

EC 132/2023

LC 214/2025

Lei geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo

LC 227/2026

Estruturação CGIBS
Gestão e fiscalização do IBS

Alinhamento às melhores práticas internacionais (OCDE)

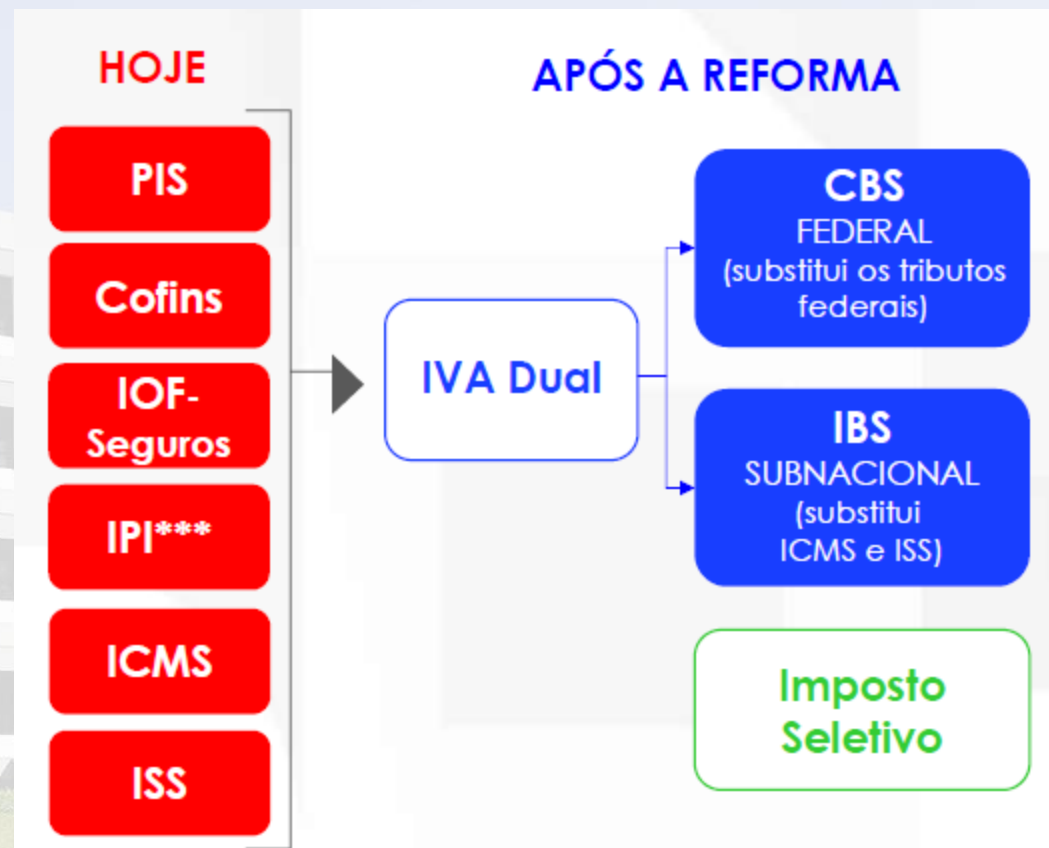
Sistema IVA-dual

- Legislação uniforme
- Base ampla
- Não cumulatividade plena
- Princípio do destino
- Redução das exceções

Imposto Seletivo

- Produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente

Cashback: 100% da CBS e 20% do IBS (energia, água, esgoto, gás de cozinha, telefone e internet)

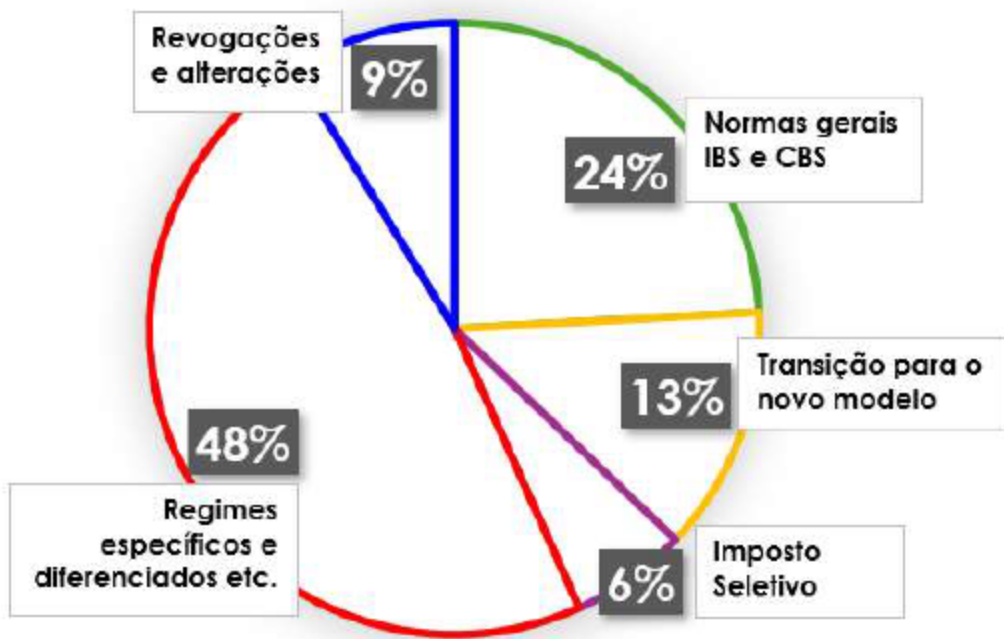


Características da reforma

- Preservação autonomia dos entes
- Transição suave
- Manutenção da carga
- Flexibilização das exceções
- Substituição política de desenvolvimento (FNDR)
- Fim dos benefícios fiscais (FCBF)
- Criação CGIBS

Simplificação do sistema

Artigos por tema (%)



TOTAL: 499 artigos
(544 na versão final)

Revogações

535
artigos



76

leis federais

810
artigos



IN RFB nº 2121
(PIS/Cofins)

27
regulamentos
de ICMS



CENTENAS
de artigos

+ MILHARES de legislações
municipais relacionadas ao ISS

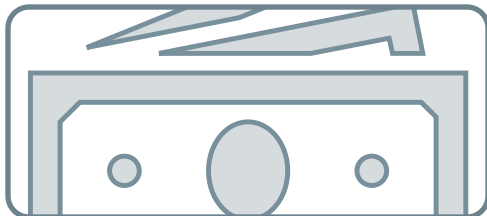
IBS = CBS

- Fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência, imunidades e sujeitos passivos
- Regras de não cumulatividade e creditamento
- Regimes específicos, diferenciados e favorecidos **
- Alíquotas de referência

IBS ≠ CBS

- Sujeito ativo
- Alíquota padrão fixada pelo próprio ente (> ou < AR)
- Redutor incidente sobre compras governamentais *

Alíquotas



Alíquota Padrão (100%)



Alíquota reduzida em 30% (70% da AR)

- Advogados, contabilistas, biólogos, veterinários, etc



Alíquota reduzida em 60% (40% da AR)

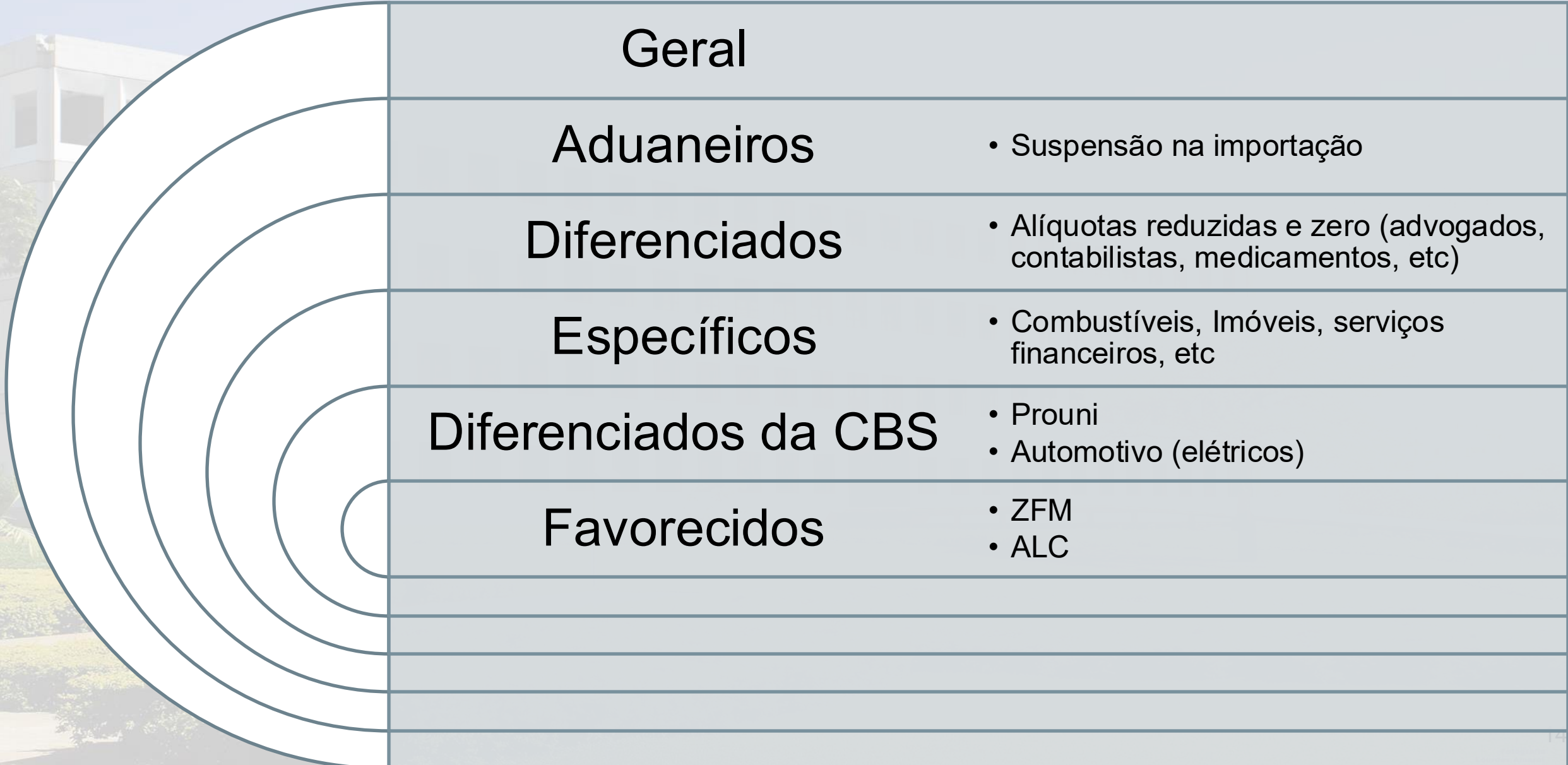
- Serviços de educação e de saúde, alimentos consumo humano, produções nacionais culturais e artísticas, etc



Alíquota zero

- Produtos de cuidados básicos à saúde menstrual, medicamentos, dispositivos médicos, produtos hortícolas, frutas e ovos, etc

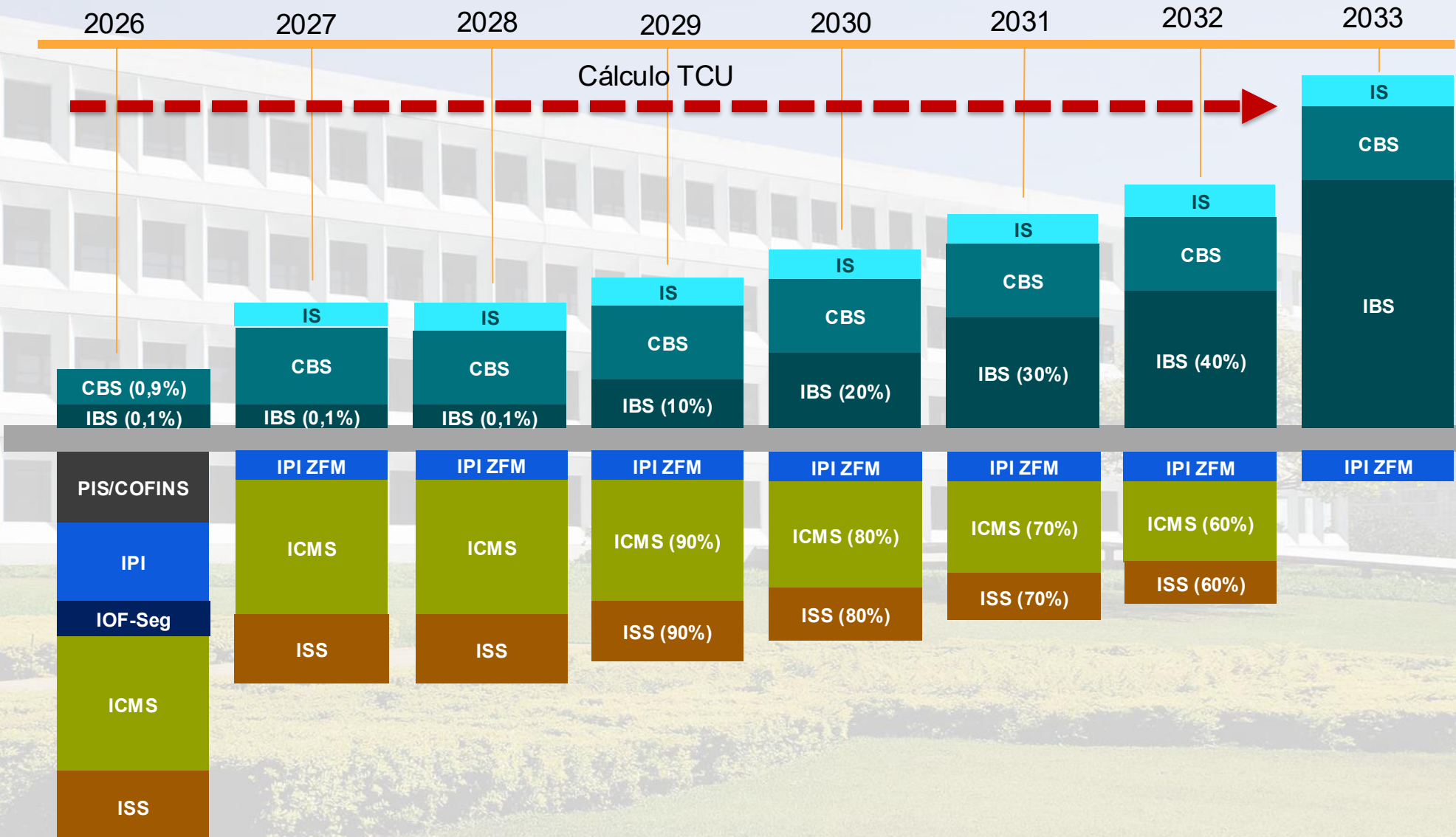
Regimes



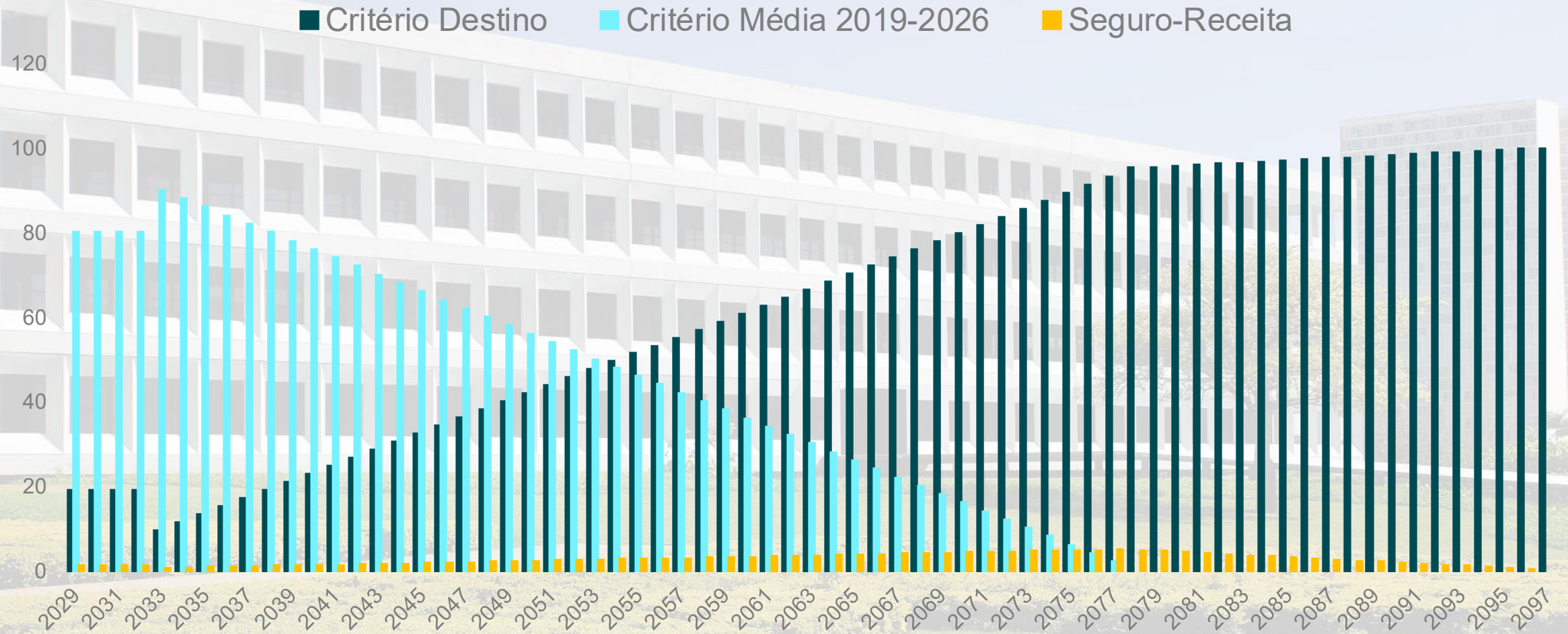
NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO

	CBS	IBS	IS
Competência	Federal	Compartilhada (Estados, DF e Municípios)	Federal
Destinação	União	Distribuído E/M/DF	União (repasse constitucionais)
Caráter	Arrecadatório	Arrecadatório	Extrafiscal (desestímulo consumo de bens prejudiciais à saúde/meio ambiente)

TRANSIÇÃO PARA O CONTRIBUINTE



TRANSIÇÃO FEDERATIVA



NOVAS ATRIBUIÇÕES DO TCU

Homologação das metodologias de cálculo dos novos tributos

LC 214, Art. 349, § 7º, inc. II

Cálculo das alíquotas de referência (CBS e IBS) e respectivo redutor incidente sobre compras públicas

ADCT, Art. 130, § 1º

Cálculo dos coeficientes do FNDR

CF, Art. 159-A, § 5º

Cálculo da compensação do IPI/IS

LC 214, Art. 478, § 3º

Estimativa de impacto de novas legislações complementares

LC 214, Art. 20, § 2º

Geração de subsídios para avaliações quinquenais

LC 214, Art. 475, § 7º



ALÍQUOTAS DE REFERÊNCIA

ALÍQUOTA DE REFERÊNCIA (CBS e IBS)



Definição

- Alíquota definida para que a alíquota da CBS e do IBS reproduzam, em termos percentuais do PIB, a arrecadação média dos tributos substituídos (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) no período de 2012 a 2021



Critério de Cálculo

- Regras futuras aplicadas sobre base de cálculo passada
- Com base nas melhores informações disponíveis
- Considera todos os regimes (regular, diferenciados e específicos)



Função Operacional

- Parâmetro para as alíquotas padrão de cada ente
- Parâmetro para distribuição da arrecadação do IBS
- Manutenção da carga sobre o consumo / adm. pública
- Parâmetro para o redutor incidente sobre compras públicas

PORQUÊ IMPORTA



Âncora Fiscal

para o cidadão e governos



Transparência

validação das metodologias como instrumento de engajamento social



Coordenação Federativa

parâmetro para distribuição da arrecadação do IBS



Disciplina Política

evidencia o custo de novas concessões

FLUXO GERAL

RFB/CGIBS



Envio das metodologias
Até 30 de junho
(ano x-2)

TCU



Homologação
Até 180 dias
(ano x-2)

RFB/CGIBS



Envio das propostas de cálculo
Até 31 de julho
(ano x-1)

TCU



Validação do cálculo
Até 15 de setembro
(ano x-1)

SENADO



Resolução do Senado
Até 31 de outubro
(ano x-1)

HOMOLOGAÇÃO DAS METODOLOGIAS

Escopo de atuação

- CBS (federal)
- IBS (Estadual)
- IBS (Municipal)
- IBS (DF)

Crítérios de validação

- Conformidade regra legal
- Consistência técnica
- Validação das premissas

CÁLCULO DAS ALÍQUOTAS DE REFERÊNCIA



ENTREGAS PARA 2026

Alíquota de Referência CBS
2027

Homologação Metodologia
CBS 2028

Homologação Receita de
Referência (fundos ICMS) **



COMUNICANDO A SOCIEDADE

Hotsite

A Reforma Tributária vai modificar o sistema de cobrança de impostos sobre o consumo no Brasil. Com base técnica e atuação independente, o TCU calcula as alíquotas de referência da CBS e do IBS — etapas fundamentais para garantir equilíbrio, justiça fiscal e transparência no novo modelo.

Este é um processo que impacta a vida de todos.

**Acompanhe, entenda e participe.
A Reforma Tributária também é sobre você.**



diálogos

com
TCU...

Tribunal de Contas da União

Canal oficial • 86,7 mil inscritos • 1,3 mil vídeos

vídeos do Tribunal de Contas da União ...mais

com
TCU...
diálogos



<https://www.youtube.com/tcuoficial>



Obrigado!

Alessandro Caldeira
reformatributaria@tcu.gov.br